



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO

CNPJ: 07.905.387/0001-74

PRAÇA JOSÉ AUGUSTO PINTO, 268 - CENTRO - 55325-000 - BREJÃO - ESTADO DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, JOSERALDO RODRIGUES BEZERRA FILHO, EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://stc.ece.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e768ae9-c37e-4853-813a-764358726468

ITEM 36

BALANÇO FINANCEIRO

2020

2020

RESOLUÇÃO N°112/2020 – ANEXO X TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO - PE



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

JOÃO EUDES BEZERRA FILHO, CONTABILIDADE PÚBLICA:

“O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. A partir do saldo inicial das disponibilidades, são acrescidas as Receitas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias (incluídos nestas os Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar inscritos no exercício). Ao serem deduzidas das Despesas Orçamentárias e das baixas Extra-Orçamentárias, obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final do período analisado (dia, mês ou ano). O Balanço Financeiro exigido pela Lei Federal nº 4.320/19.”

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*,



respectivamente.

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2020. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL.

O item 4, Balanço Financeira, apresenta o comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com proporcionando a apresentação dos resultados da execução orçamentária in praxe exercício. Os dados são evidenciados neste balanço, a saber, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados. Como forma de esclarecer de transparente e de forma analítica é anexado ao balanço as notas explicativas devidamente elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 112, de 09 de dezembro de 2020, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão. Para que haja uma maior acessibilidade por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE.

Analisando os dados de 2020, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 4.008.6589. E os ingressos extraorçamentários R\$ 434.854,88. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 9.242.095,23. Os desembolsos extraorçamentários foram



de R\$ 269.440,65. As transferências financeiras concedidas foram no total de R\$ 0,00. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2019) totalizou R\$ 6.513,70. O saldo ao final do exercício (31/12/2020) foi de R\$ 9.680,19.

Em suma o Balanço Financeiro, conforme o art. 103 da Lei nº 4.320/64, é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, considerando também saldos provenientes do exercício anterior bem como aqueles que serão transferidos ao próximo ano (BRASIL, 1964). Dessa forma, percebe-se que, enquanto o Balanço Orçamentário trata apenas das transações contidas no orçamento anual e se atenta somente ao ano referente, o Balanço Financeiro trata da totalidade de recebimentos e pagamentos,

A seguir será apresentado o Balanço Financeiro do Instituto de Previdência de São João na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ANNY RAQUEL MAURICIO BARROS VIEIRA

DIRETORA

EDER MARCONI VIEIRA

Contador

FUPREB - FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL DE BREJAO
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020



1 of 1

ISOLADO:5 - FUPREB - FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL DE BREJAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		4.008.589,63	3.510.522,35	DESPA ORÇAMENTÁRIA		3.662.108,97	3.259.572,18
TESOURO		4.008.589,63	3.510.522,35	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		3.662.108,97	3.259.572,18
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		0,00	10.240,79	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		3.662.108,97	3.259.572,18
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		4.008.589,63	1.559.590,33	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
RPPS-CONTRIBUIÇÕES		0,00	1.940.691,23	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	1.696,32	ORÇAMENTARIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	1.696,32	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		575.769,28	474.059,72
OUTROS APORTES PARA O RPPS		0,00	1.696,32	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		22.101,86	236.296,60
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		434.854,88	396.443,66	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		6.400,26	1.320,00
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		3.835,00	24.753,01	RP PROCESSADOS PAGOS		15.701,60	234.976,60
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	6.400,26	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		553.667,42	237.763,12
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		3.835,00	18.352,75	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		92.735,73	2.000,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		431.019,88	371.690,65	ISS		9.016,08	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		55.417,13	36.993,12	PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.376,07	3.866,22
ISS		857,45	1.015,08	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		255.478,73	121.276,35
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		6.723,77	16.344,15	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		194.060,81	110.620,55
PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.061,42	4.180,87	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		520.037,85	314.471,59
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		193.989,12	176.417,91	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		520.014,08	314.258,52
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		171.970,99	132.846,96	CONTA ÚNICA RPPS		520.014,08	314.258,52
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	3.892,56	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		314.471,59	139.441,16	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		23,77	213,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		314.258,52	139.441,16	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		23,77	213,07
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		0,00	276,99	TOTAL		4.757.916,10	4.048.103,49
CONTA ÚNICA		0,00	7.728,92				
CONTA ÚNICA RPPS		314.258,52	131.435,25				
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		213,07	0,00				
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		213,07	0,00				
TOTAL		4.757.916,10	4.048.103,49				

ANNY RAQUEL MAURICIO BARROS
 DIRETORA
 013.595.574-23

CIBELE MONTEIRO TENORIO DE BARROS
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 705.651.044-20

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, JOSE RALDO RODRIGUES BEZERRA FILHO, EDER MARCONE VIEIRA. E-mail: https://etce.tee.pe.gov.br/ep/validarDoc/seam/Código-do-documento: 0e768ae9-c37e-4853-813a-764358726468



FUPREB - FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL DE BREJAO

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2020)

1 of 1

Exercício de 2020

ISOLADO:5 - FUPREB - FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL DE BREJAO

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOUREO	4.008.589,63	0,00	4.008.589,63	3.510.522,35	0,00	3.510.522,35
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL			0,00	10.240,79		10.240,79
600 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.008.589,63	0,00	4.008.589,63	1.559.590,33	0,00	1.559.590,33
610 RPPS-CONTRIBUIÇÕES			0,00	1.940.691,23		1.940.691,23
TOTAL	4.008.589,63	0,00	4.008.589,63	3.510.522,35	0,00	3.510.522,35

ANNY RAQUEL MAURICIO BARROS
DIRETORA
013.595.574-23

CIBELE MONTEIRO TENORIO DE BARROS
SECRETARIO DE FINANÇAS
705.651.044-20

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40



BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Demonstrações Contábeis Exercício de 2020

FUNDO FINANCEIRO

NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BREJÃO - PE

Número da inscrição:

07.905.387/0001-74 - MATRIZ

Data da abertura:

04/11/2005

Nome empresarial:

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE BREJAO-PE

Título do estabelecimento (nome fantasia):

Fupreb

Porte:

Demais

Código e descrição da atividade econômica principal:

84.11-6-00 - Administração Pública Em Geral

Código e descrição das atividades econômicas secundárias:

84.30-2-00 - Seguridade Social Obrigatória

Código e descrição da natureza jurídica:

112-0 - Autarquia Municipal



Logradouro:

Pc Vereador Jose Augusto Pinto

Número:

26

Complemento:

B

CEP:

55.325-000

Bairro:

Centro

Município:

Brejao

UF:

PE

Telefone:

(87) 3789-1156/ (87) 8118-0531

Endereço Eletrônico:

prefeiturabrejao@ig.com.br

Capital Social:

R\$ 0,00 (zero real)

Quadro de sócios administradores:

Situação cadastral:

Ativa

Data da situação cadastral:

27/02/2019

Atividades de negócios da empresa:

Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses do governo municipal através dos repasses intraorçamentários. Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

- Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:



Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do *International Federation of Accountants (IFAC)* através das *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)* das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

- Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:



Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Regime Próprio de Previdência Social.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

Bases de mensuração utilizadas:

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.



- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 112/2019.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para O longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio.



Código/Descrição da Fonte/Destinação de Recursos

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 112/2020, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- Não houve ajuste para perdas dos Créditos tributários.



- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.



- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.
- Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS nº 509/2013, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 00, dentre os quais a mensuração a valor presente. Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário. Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2018,

B.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial: Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e



d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívidas ativas, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante



Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária independentemente do prazo de exigibilidade.



Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo



Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.



Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta de resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes



recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e



os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos



Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:



Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias” comentadas a seguir

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:



Balancete Financeiro - Item 36 - Resolução 112/2020

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		4.008.589,63	3.510.522,35
TESOURO		4.008.589,63	3.510.522,35
ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		0,00	10.240,79
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		4.008.589,63	1.559.590,33
RPPS-CONTRIBUIÇÕES		0,00	1.940.691,23
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	1.696,32
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	1.696,32
OUTROS APORTES PARA O RPPS		0,00	1.696,32
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		434.854,88	396.443,66
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		3.835,00	24.753,01
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	6.400,26
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		3.835,00	18.352,75
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		431.019,88	371.690,65
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		55.417,13	36.993,12
ISS		857,45	1.015,08
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		6.723,77	16.344,15
PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.061,42	4.180,87
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		193.989,12	176.417,91
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		171.970,99	132.846,96
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	3.892,56
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		314.471,59	139.441,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		314.258,52	139.441,16
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		0,00	276,99
CONTA ÚNICA		0,00	7.728,92
CONTA ÚNICA RPPS		314.258,52	131.435,25
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		213,07	0,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		213,07	0,00
TOTAL		4.757.916,10	4.048.103,49

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 4.008.589,63.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 0,00 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 0,00.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 434.854,88, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2019 foi de R\$ 314.471,59. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 213,07 e outros rendimentos de R\$ 314.258,52. Somando-se as quantias citadas tem-se como saldo anterior total o valor de R\$ 314.471,59.



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		3.662.108,97	3.259.572,18
<u>RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</u>		<u>3.662.108,97</u>	<u>3.259.572,18</u>
RPPS-CONTRIBUIÇÕES		3.662.108,97	3.259.572,18
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		575.769,28	474.059,72
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>22.101,86</u>	<u>236.296,60</u>
RP NAO PROCESSADOS PAGOS		6.400,26	1.320,00
RP PROCESSADOS PAGOS		15.701,60	234.976,60
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>553.667,42</u>	<u>237.763,12</u>
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		92.735,73	2.000,00
ISS		9.016,08	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.376,07	3.866,22
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		255.478,73	121.276,35
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		194.060,81	110.620,55
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		520.037,85	314.471,59
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>520.014,08</u>	<u>314.258,52</u>
CONTA ÚNICA RPPS		520.014,08	314.258,52
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO</u>		<u>23,77</u>	<u>213,07</u>
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		23,77	213,07
TOTAL		4.757.916,10	4.048.103,49

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 3.662.108,97.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 575.769,28. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 22.101,86, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 553.667,42.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 520.037,85. Os valores de investimentos e aplicações financeiras de liquidez imediata foi de R\$ 23,77,



Balanco Financeiro - Item 36 - Resolução 112/2020

de credito em conta RPPS o valor de R\$ 520.014,08, e outros rendimentos de R\$ 0,00, totalizando R\$ 520.037,85. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2019 (R\$ 314.471,59), nota-se uma variação na ordem de R\$ 205.566,26. Efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n°s 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCA, P 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<p>d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</p> <p>Não houve registro de passivos contingentes.</p>
<p>d.2. Divulgações não financeiras:</p> <p>Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).</p>
<p>d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</p> <p>Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).</p>
<p>d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:</p> <p>Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.</p>

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, JOSERALDO RODRIGUES BEZERRA FILHO, EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://eic.pec.gov.br/validaDoc.seam> Código do documento: 0e768ae9-c37e-4853-813a-764358726468



Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:



h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados



os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis:

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve no exercício de 2020 bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2020.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico.

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.

h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2020, relação de provisões e passivos contingentes



inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.9. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.10. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2020.

h.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário.

h.14. Teste de Imparidade (*Impairment*) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.



h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2020

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve.

h. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 8ª Edição p. 432)
DETALHAMENTO ATUARIAL

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS: CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0088aefc-d78a-4924-8b0c-d51e93776366

6 – RESULTADOS OBTIDOS

A Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade é de R\$ 540.668,33.

Responsabilidade Atuarial antes da Compensação Previdenciária

Resultados	Responsabilidade Atuarial (R\$)
Riscos Expirados (A)	31.967.350,91
- Benefícios Concedidos	31.073.046,20
- Benefícios a Conceder (1)	894.304,71
Riscos Não Expirados (B) (1)	19.490.112,85
Total da Responsabilidade (A + B)	51.457.463,76
Ativo do Plano (AP)	304.801,41
Créditos a Receber (AP)	1.024.833,90
Déficit Atuarial (AP - A - B)	(50.127.828,45)
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para ajustes do plano	0,00

(1) Totalizam a Reserva de Benefícios a Conceder (pág 20)

Os valores da Responsabilidade Atuarial consideram as contribuições futuras dos servidores.

Compensação Previdenciária e Custo Especial

Responsabilidade Atuarial	Valor em R\$	Custo Especial
Total (+)	51.457.463,76	15,23%
A Pagar (+)	0,00	N / A
A Receber referente aos Ativos (-)	2.854.003,47	N / A
A Receber referente aos Inativos (-)	3.652.553,61	N / A
Prefeitura	44.950.906,68	15,23%

* em percentagem da folha de remuneração dos servidores em atividade.

Obs. 1: A Compensação Previdenciária a receber é a estimativa relativa à parte da Responsabilidade Atuarial concernente ao período de trabalho em que o servidor esteve vinculado ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social ou outros RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social e durante o qual contribuiu visando o recebimento de um benefício previdenciário. Da mesma forma, a Compensação Previdenciária a pagar é relativa aos Servidores que contribuíram ao RPPS deste estudo e migraram para o RGPS ou outros RPPS.

Obs. 2: Portanto, ocorrendo as compensações temos que a Responsabilidade Atuarial do Município passa de R\$ 51.457.463,76 para R\$ 44.950.906,68. A alíquota do Custo Especial não baixa devido ao escalonamento realizado.

Obs. 3: A Compensação Previdenciária referente aos Benefícios Concedidos foi calculada na forma da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999, estimada em função da média compensada entre os Servidores em Atividade, que possuem dados de todo o período de contribuição, e, com base no valor mensal remanescente dentre os benefícios concedidos, a Reserva Matemática foi reduzida proporcionalmente.

22





6 – RESULTADOS OBTIDOS

A Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade é de R\$ 540.668,33.

Responsabilidade Atuarial após Compensação Previdenciária

Resultados	Responsabilidade Atuarial (R\$)
Riscos Expirados (A)	27.940.903,97
- Benefícios Concedidos	27.420.492,59
- Benefícios a Conceder *	520.411,38
Riscos Não Expirados (B) *	17.010.002,71
Total da Responsabilidade (A + B)	44.950.906,68
Ativo do Plano (AP)	304.801,41
Créditos a Receber (AP)	1.024.833,90
Déficit Atuarial (AP - A - B)	(43.621.271,37)
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para ajustes do plano	0,00

* Totalizam a Reserva de Benefícios a Conceder

Os valores da Responsabilidade Atuarial consideram as contribuições futuras dos servidores.

Custo Mensal (em % da Folha Remuneratória dos Servidores em Atividade)

Benefício	Custo (% da Folha)	
	Sem Compensação	Com Compensação
Aposentadorias (AID, ATC e COM)	15,07%	15,07%
Aposentadorias por Invalidez	1,39%	1,39%
Pensão por Morte de Ativo	2,06%	2,06%
Pensão por Morte de Aposentado	1,48%	1,48%
Pensão por Morte Ap. por Invalidez	0,10%	0,10%
Auxílio Doença **	0,55%	0,55%
Salário Maternidade **	0,19%	0,19%
Auxílio Reclusão **	0,02%	0,02%
Salário Família **	0,27%	0,27%
Taxa Administrativa	2,00%	2,00%
Sub Total - Custo Normal com Taxa Administrativa	23,13%	23,13%
Ajuste Alíquota ****	6,86%	6,86%
Total - Custo Normal com Taxa Administrativa	29,99%	29,99%
Custo Especial (Suplementar) ***	15,23%	15,23%
Custo Total	45,22%	45,22%

Plano de Custeio conforme Certificado do DRAA

CAP - Regime de Capitalização	16,65%
RCC - Regime de Capitais de Cobertura	3,45%
RS - Regime de Repartição Simples	1,03%

** Custos determinados em função da experiência dos últimos 36 meses e, caso não tenha havido observação, refere-se a expectativa para o próximo exercício.

*** Não houve estimativa de compensação, não baixando o Custo Especial, pois o déficit está sendo amortizado em plano de alíquotas escalonadas e crescentes.

**** A alíquota mínima do Ente Federativo deve ser de 11% devido à paridade prevista na legislação específica (Art. 2º da Lei 9.717/98 e Art. 4º da Lei 10.887/2004).



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPALDO DE MELO
 Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e768ae9-c37e-4853-813a-764358726468

6 - RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a tabela com o plano de amortização vigente e o valor atual utilizado para composição do resultado demonstrado na próxima página.

Valor Atual das Contribuições Especiais Futuras	60.975.398,02
Folha Salarial Mensal na Data da Avaliação (Base de Cálculo)	540.668,33
Pagamentos das Contribuições	Antecipado
Taxa anual de desconto	6,00%

Tempo após Base	Alíquotas Vigentes	Base de Cálculo	Contribuições Anuais	Valor Atual
0	15,23%	7.028.668,29	1.070.203,07	1.070.203,07
1	19,74%	7.098.975,17	1.401.644,37	1.322.306,01
2	24,26%	7.169.964,92	1.739.607,48	1.548.244,46
3	28,78%	7.241.664,57	2.084.189,68	1.749.925,85
4	33,30%	7.314.081,22	2.435.489,57	1.929.135,86
5	37,82%	7.387.222,03	2.793.607,04	2.087.545,69
6	42,33%	7.461.094,25	3.158.643,31	2.226.718,89
7	46,85%	7.535.705,19	3.530.700,94	2.348.117,77
8	51,37%	7.611.062,25	3.909.883,86	2.453.109,50
9	55,89%	7.687.172,87	4.296.297,37	2.542.971,81
10	60,41%	7.764.044,60	4.690.048,16	2.618.898,39
11	64,93%	7.841.685,04	5.091.244,33	2.682.004,00
12	69,44%	7.920.101,89	5.499.995,42	2.733.329,23
13	73,96%	7.999.302,91	5.916.412,42	2.773.845,01
14	78,48%	8.079.295,94	6.340.607,75	2.804.456,92
15	83,00%	8.160.088,90	6.772.695,35	2.826.009,14
16	87,52%	8.241.689,79	7.212.790,64	2.839.288,23
17	92,03%	8.324.106,69	7.661.010,57	2.845.026,73
18	96,55%	8.407.347,76	8.117.473,61	2.843.906,48
19	101,07%	8.491.421,23	8.582.299,81	2.836.561,75
20	105,59%	8.576.335,45	9.055.610,80	2.823.582,25
21	110,11%	8.662.098,80	9.537.529,77	2.805.515,91
22	114,62%	8.748.719,79	10.028.181,56	2.782.871,50
23	119,14%	8.836.206,99	10.527.692,63	2.756.121,10
24	123,66%	8.924.569,06	11.036.191,11	2.725.702,46
25	0,00%	9.013.814,75	0,00	0,00
26	0,00%	9.103.952,89		
27	0,00%	9.194.992,42		
28	0,00%	9.286.942,35		
29	0,00%	9.379.811,77		
30	0,00%	9.473.609,89		
31	0,00%	9.568.345,99		
32	0,00%	9.664.029,45		
33	0,00%	0,00		
34	0,00%	0,00		

O plano de amortização mostrado acima foi definido em avaliação atuarial anterior, que criou alíquotas anuais a serem aplicadas sobre a base de cálculo futura. Sua aplicação gera as contribuições demonstradas a serem realizadas no futuro. O valor atual deve ser abatido dos compromissos calculados na avaliação atual de maneira a formar o resultado. A taxa de juros atuarial (6,00% a.a.) é correspondente a previsão ganhos reais, acima da inflação, para rentabilidade do patrimônio.



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, JOSERALDO RODRIGUES BEZERRA FILHO, EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
 Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 0e768ae9-c37e-4853-813a-764358726468

6 – RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a contabilização das Reservas Matemáticas.

1.0.0.0.0.00.00	ATIVO	1.329.635,31
1.1.1.1.1.06.01	Bancos Conta Movimento – RPPS (+)	0,00
1.1.4.0.0.00.00	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (+)	0,00
1.2.1.1.1.01.71	Créditos a Longo Prazo (+) (parcelamento)	1.024.833,90
1.2.2.3.0.00.00	Investimentos do RPPS de Longo Prazo (+)	304.801,41
1.1.2.1.1.71.00	Créditos a Curto Prazo (+) (parcelamento)	0,00
1.2.3.0.0.00.00	Imobilizado (+)	0,00
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA A LONGO PRAZO	1.329.635,31
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	27.420.492,59
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário (+)	31.073.046,20
2.2.7.2.1.03.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.03	Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.04	Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.03.05	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	-3.652.553,61
2.2.7.2.1.03.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS (-)	0,00
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	17.530.414,09
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário (+)	33.992.524,68
2.2.7.2.1.04.02	Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	-10.256.202,06
2.2.7.2.1.04.03	Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS (-)	-3.351.905,06
2.2.7.2.1.04.04	Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS (-)	-2.854.003,47
2.2.7.2.1.04.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (-)	0,00
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-60.975.398,02
2.2.7.2.1.05.98	Outros Créditos do Plano de Amortização (-)	-60.975.398,02
2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	17.354.126,65
2.2.7.2.1.07.01	Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário (+)	17.354.126,65
2.2.7.2.1.07.02	Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.03	Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.04	Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios (+)	0,00
2.2.7.2.1.07.98	Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano (+)	0,00
SUPERÁVIT		0,00

Obs.: o superávit demonstrado acima, chamado de superávit escritural, considera que o plano de amortização do déficit vigente está, e continuará sendo cumprido. Teoricamente, como o valor atual do plano de amortização foi definido em avaliação anterior para gerar um equilíbrio, o valor superavitário demonstra que a evolução do plano no período desde a última avaliação gerou uma sobra na relação ativo-passivo.



Balancê Financeiro - Item 36 - Resolução 112/2020



6 – RESULTADOS OBTIDOS

Colocamos abaixo a contabilização das Reservas Matemáticas para onze meses seguintes. Note que o décimo segundo mês será substituído pela próxima avaliação atuarial, servindo apenas de base de cálculo para a estimativa das reservas mensais. Efetuamos uma avaliação atuarial projetada para 12 meses para efetuar uma interpolação linear, conforme fórmula abaixo, de modo a permitir a contabilização mensal. "V" é o valor a ser trabalhado e "k" é o mês (zero é a avaliação atual e 12 a avaliação projetada).

$$V_k = V_0 + \frac{V_{12} - V_0}{12} * k$$

k	VABF - Concedidos	VACF - Aposentados	VACF - Pensionistas	PMBaC	VABF - a Receber	VACF - a Receber	VACF - a Pagar	PMBaC	VAComp - a Receber	VAComp - a Pagar	VAAmortização	Resultado Atuarial
0	10.056.440,20	1.101.010,20	0,00	0,00	1.097.126,20	55.972.824,40	47.556.252,00	7.416.574,40	0,00	6.566.557,00	0,00	10.056.440,20
1	10.055.978,89	1.100.476,89	0,00	0,00	1.096.658,89	55.961.665,89	47.545.193,89	7.415.462,00	0,00	6.565.887,00	0,00	10.055.978,89
2	10.055.517,58	1.099.943,58	0,00	0,00	1.096.191,58	55.950.507,58	47.534.132,58	7.414.349,51	0,00	6.565.217,00	0,00	10.055.517,58
3	10.055.056,27	1.099.410,27	0,00	0,00	1.095.724,27	55.939.349,27	47.523.071,27	7.413.237,02	0,00	6.564.547,00	0,00	10.055.056,27
4	10.054.594,96	1.098.876,96	0,00	0,00	1.095.256,96	55.928.190,96	47.512.010,96	7.412.124,53	0,00	6.563.877,00	0,00	10.054.594,96
5	10.054.133,65	1.098.343,65	0,00	0,00	1.094.789,65	55.917.032,65	47.500.950,65	7.411.012,04	0,00	6.563.207,00	0,00	10.054.133,65
6	10.053.672,34	1.097.810,34	0,00	0,00	1.094.322,34	55.905.874,34	47.489.890,34	7.409.899,55	0,00	6.562.537,00	0,00	10.053.672,34
7	10.053.211,03	1.097.277,03	0,00	0,00	1.093.855,03	55.894.716,03	47.478.830,03	7.408.787,06	0,00	6.561.867,00	0,00	10.053.211,03
8	10.052.749,72	1.096.743,72	0,00	0,00	1.093.387,72	55.883.557,72	47.467.769,72	7.407.674,57	0,00	6.561.197,00	0,00	10.052.749,72
9	10.052.288,41	1.096.210,41	0,00	0,00	1.092.920,41	55.872.399,41	47.456.709,41	7.406.562,08	0,00	6.560.527,00	0,00	10.052.288,41
10	10.051.827,10	1.095.677,10	0,00	0,00	1.092.453,10	55.861.241,10	47.445.649,10	7.405.449,59	0,00	6.559.857,00	0,00	10.051.827,10
11	10.051.365,79	1.095.143,79	0,00	0,00	1.091.985,79	55.850.082,79	47.434.589,79	7.404.337,10	0,00	6.559.187,00	0,00	10.051.365,79
12	10.050.904,48	1.094.610,48	0,00	0,00	1.091.518,48	55.838.924,48	47.423.529,48	7.403.224,61	0,00	6.558.517,00	0,00	10.050.904,48

Os números acima foram fornecidos em planilha para que possam ser manipulados pela Contabilidade.

VABF	Valor Atual dos Salários Futuros	VACF - Ente	Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)
VABF - Concedidos	Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	VACF - Segurados	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Segurados, Aposentados e Pensionistas (Benefícios a Conceder)
VACF - Aposentados	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Aposentados (Benefícios Concedidos)	PMBaC	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder
VACF - Pensionistas	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Pensionistas (Benefícios Concedidos)	VAComp - a Receber	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber
PMBaC	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	VAComp - a Pagar	Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar
VABF - a Conceder	Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	VAAmortização	Valor Atual das Contribuições Futuras do Plano de Amortização





Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
 Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c088af7-d78a-4924-8b0c-d51e93776366

7 - DESTAQUES

Escalonamento para Amortização do Custo Especial (cont.)

Colocamos abaixo a tabela com as alíquotas, as contribuições e a evolução do saldo a ser amortizado. As alíquotas, ou os valores anuais, deverão constar na legislação de forma a serem aplicados no futuro. O plano deve ser mantido quando há superávit pela sua aplicação, conforme página 25, e vice-versa. Valor negativo a amortizar significa que o déficit atuarial está sendo quitado antes do prazo definido.

Folha de Pagamento dos Servidores em Atividade (anual)	7.028.686,29
Pagamentos das Contribuições	Antecipado
Taxa anual de desconto	6,00%

Ano de amortização	Alíquota	Repasses anuais	Juros	A Amortizar	Base de Cálculo
0				43.621.271,37	7.028.686,29
1	15,23%	1.070.203,07	2.553.064,10	45.104.132,39	7.098.975,17
2	19,74%	1.401.644,37	2.622.149,28	46.324.637,30	7.169.964,92
3	24,26%	1.739.607,48	2.675.101,79	47.260.131,61	7.241.664,57
4	28,78%	2.084.189,68	2.710.556,52	47.886.498,44	7.314.081,22
5	33,30%	2.435.489,57	2.727.060,53	48.178.069,40	7.387.222,03
6	37,82%	2.793.607,04	2.723.067,74	48.107.530,10	7.461.094,25
7	42,33%	3.158.643,31	2.696.933,21	47.645.820,01	7.535.705,19
8	46,85%	3.530.700,94	2.646.907,14	46.762.026,21	7.611.062,25
9	51,37%	3.909.883,86	2.571.128,54	45.423.270,90	7.687.172,87
10	55,89%	4.296.297,37	2.467.618,41	43.594.591,94	7.764.044,60
11	60,41%	4.690.048,16	2.334.272,63	41.238.816,41	7.841.685,04
12	64,93%	5.091.244,33	2.168.854,32	38.316.426,40	7.920.101,89
13	69,44%	5.499.995,42	1.968.985,86	34.785.416,84	7.999.302,91
14	73,96%	5.916.412,42	1.732.140,27	30.601.144,69	8.079.295,94
15	78,48%	6.340.807,75	1.455.632,22	25.716.169,15	8.160.088,90
16	83,00%	6.772.695,35	1.136.608,43	20.080.082,23	8.241.689,79
17	87,52%	7.212.790,64	772.037,50	13.639.329,09	8.324.106,69
18	92,03%	7.661.010,57	358.699,11	6.337.017,63	8.407.347,76
19	96,55%	8.117.473,61	-106.827,36	-1.887.283,34	8.491.421,23
20	101,07%	8.582.299,81	-628.174,99	-11.097.758,14	8.576.335,45
21	105,59%	9.055.610,80	-1.209.202,14	-21.362.571,08	8.662.098,80
22	110,11%	9.537.529,77	-1.854.006,05	-32.754.106,89	8.748.719,79
23	114,62%	10.028.181,56	-2.566.937,31	-45.349.225,76	8.836.206,99
24	119,14%	10.527.692,63	-3.352.615,10	-59.229.533,50	8.924.569,06
25	123,66%	11.036.191,11	-4.215.943,48	-74.481.668,08	
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					

Observação: por uma questão prática, para aplicação da alíquota, mantemos o percentual de acréscimo anual com duas casas decimais. Porém, para demonstrar a evolução da amortização do déficit, que deve atingir a nulidade ao final do prazo, deve-se aplicar a alíquota com todas as casas decimais, causando, eventualmente, diferenças de 0,01 p.p. em módulo.



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c088aefc-d78a-4924-800c-d51e93776366

7 - DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três

Estatísticas e Resultados	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Total de Servidores Ativos	297	280	268	337
Total de Servidores Aposentados	103	115	123	128
Total de Pensionistas	26	28	27	25
Folha Salarial dos Ativos (R\$)	378.089,03	380.098,40	415.823,68	540.668,33
Salário Médio (R\$)	1.273,03	1.357,49	1.551,58	1.604,36
Folha Salarial dos Inativos (R\$)	140.112,90	174.921,42	197.640,41	214.482,35
Benefício Médio (R\$)	1.086,15	1.223,23	1.317,60	1.401,85
Alíquota de Contribuição, incluindo Custo Normal e Especial e Auxílios, e a compensação (% da Folha de Ativos)	42,00%	35,77%	51,04%	45,22%
Idade Média				
Servidores em Atividade	44,70	45,67	46,00	43,12
Servidores Inativos	65,19	65,93	66,04	65,72
Pensionistas	55,43	56,25	55,81	57,77
Reserva Matemática Total (somente Regime de Capitalização)	41.389.829,92	46.675.211,39	49.392.910,98	51.457.463,76
Benefícios a Conceder	23.134.558,54	19.001.556,32	20.732.037,89	20.384.417,56
Benefícios Concedidos	18.255.271,38	27.673.655,07	28.660.873,09	31.073.046,20
Patrimônio	1.669.657,61	1.277.418,87	1.624.267,28	1.329.635,31
Estimativa da Compensação Previdenciária (Receber (+) ou Pagar (-))	5.376.775,29	5.669.745,19	6.007.068,44	6.506.557,08
LDA - Limite de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado (Superávit (+) ou Déficit (-))	-34.343.397,02	-39.728.047,33	-41.761.575,26	-43.621.271,37

Hipóteses Atuariais	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Método Atuarial (aposentadorias)	PUC	PUC	PUC	PUC
Tábua de Mortalidade para fins:				
de Aposentadoria	IBGE 2012	IBGE 2015	IBGE 2015	IBGE 2016
de Morte de Ativo ou Inativo	IBGE 2012	IBGE 2015	IBGE 2015	IBGE 2016
de Morte de Inválido	IBGE 2012	IBGE 2015	IBGE 2015	IBGE 2016
Tábua de Entrada em Invalidez	alvaro	alvaro	alvaro	alvaro
Taxas de longo prazo (a.a.)				
Retorno de Investimentos	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Crescimento Salarial	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Crescimento do Benefício	1,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real	100,00%	98,66%	98,66%	98,66%

Base	Exercícios			
	2016	2017	2018	2019
Data da Avaliação	janeiro-2016	janeiro-2017	janeiro-2018	dezembro-2018
Inflação do Período (IPCA)		6,29%	2,95%	3,59%



7 - DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três (cont.)

A melhor análise para se definir a hipótese de crescimento salarial é observar a legislação que define a carreira dos servidores e medir o impacto dos reajustes pré determinados. Este estudo deve ser realizado periodicamente como uma política de boas práticas.

Abaixo demonstramos a taxa real de crescimento salarial da folha de pagamentos dos Servidores do RPPS. As taxas anuais foram calculadas em comparação das folhas de pagamentos entre os períodos, excluindo-se os beneficiários dos salários que não constam das duas folhas simultaneamente. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. Note que o ano indicado refere-se ao do exercício do DRAA e, não, da base dos dados das avaliações realizadas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real", como vemos, esteja sempre abaixo da hipótese (1,00% a.a.) analisada no longo prazo.

Crescimento Salarial Real	2016	2017	2018	"Total"	Variação
%CS - Crescimento Salarial	6,64%	7,48%	1,24%	16,03%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)	10,67%	6,29%	2,95%	21,10%	-1,41%

Abaixo demonstramos a taxa real de crescimento real dos benefícios concedidos da folha de pagamentos dos Servidores Inativos e Pensionistas. As taxas anuais foram calculadas em comparação das folhas de pagamentos entre os períodos, excluindo-se os beneficiários dos benefícios que não constam das duas folhas simultaneamente. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. Note que o ano indicado refere-se ao do exercício do DRAA e, não, da base dos dados das avaliações realizadas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real", como vemos, esteja sempre abaixo da hipótese (1,00% a.a.) analisada no longo prazo.

Crescimento Real do Benefício	2016	2017	2018	"Total"	Variação
%CB - Crescimento do Benefício	12,62%	-15,80%	3,82%	-1,55%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)	10,67%	6,29%	2,95%	21,10%	-6,67%

Quanto à hipótese de crescimento para o valor dos benefícios, é diferente na avaliação mais antiga. A hipótese atual se justifica pela expectativa de reajuste futuro baseados na reposição inflacionária.

Quanto à rentabilidade do plano, a hipótese de Retorno de Investimentos é igual em todas as avaliações e corresponde ao valor máximo permitido pela legislação. O impacto é de aumento no custo quanto menor for a taxa, pois é uma taxa de desconto para o cálculo do valor atual dos benefícios futuros.



7 – DESTAQUES

Comparação desta avaliação com as últimas três (cont.)

Nas últimas três avaliações atuariais, desde 2016, ficaram estabelecidas as alíquotas de contribuição de 42,00%, 35,77% e 51,04%. Considerando-se os Patrimnios de cada avaliação anterior, R\$ 1.669.657,61, R\$ 1.277.418,87 e R\$ 1.624.267,28, respectivamente, as contribuições mensais, o retorno de investimentos, a inflação do período, medida pelo Índice previsto na política de investimentos informado a seguir, e as despesas com a folha de inativos e os auxílios, temos que o patrimônio líquido estimado é de, aproximadamente, R\$ 3.356.000,00, R\$ 2.042.000,00 e R\$ 2.472.000,00, respectivamente, considerando a aplicação inicial dos patrimnios informados nas datases bases das avaliações em estudo e a evolução do saldo.

Abaixo demonstramos a taxa real de rentabilidade do ativo do plano disponível para aplicações financeiras. As taxas nominais de rentabilidade foram informadas pelos responsáveis pelo RPPS. O Índice Inflacionário está previsto na Política de Investimentos. A coluna "Total" é o acúmulo das taxas. O ideal é que a taxa apresentada na coluna "Variação Real" esteja acima da hipótese (6,00%) a.a., mas num tempo maior de análise. **Não foram apresentadas as taxas.**

Rentabilidade Real do Ativo	2016	2017	2018	"Total"	Variação
Rentabilidade Nominal do Ativo	0,00%	8,54%	0,00%	8,54%	Real a.a.
Índice de Inflação: IPCA (IBGE)		2,95%		2,95%	5,43%

O valor do Patrimônio, constituído até a data da atual avaliação é de R\$ 1.329.635,31 que, comparado ao valor calculado conforme parágrafo anterior, indica uma diferença negativa, contribuindo para o aumento do déficit histórico. O ativo é composto da seguinte forma:

- Bancos Conta Movimento: R\$ 0,00
- Aplicações Financeiras: R\$ 304.801,41
- Créditos em Circulação: R\$ 1.024.833,90

O mercado financeiro vem sofrendo mudanças e observamos redução na rentabilidade das aplicações do patrimônio do RPPS. O Instituto deverá aplicá-lo de forma que a rentabilidade seja significativamente superior à Meta Atuarial prevista nesta avaliação, que é de 6,00% a.a. acima da inflação, que poderá ser medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE ou a critério dos representantes.

Observa-se uma tendência de queda da Selic, e os administradores do fundo deverão rever seus planos de investimentos, aumentando o risco para galgar maiores taxas ou reduzir a taxa de juros atuarial do plano previdenciário, o que acarretará um aumento das reservas matemáticas. A Secretaria de Previdência criou um mecanismo para a definição da taxa de juros, que depende do prazo médio do passivo atuarial, e deve ser observado o parecer deste relatório.



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, JOSERALDO RODRIGUES BEZERRA FILHO, EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
 Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e768ae9-c37e-4853-813a-764358726468

8 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade tem objetivo de mostrar aos administradores do RPPS os impactos sobre os custos e reservas matemáticas diante de uma mudança em uma ou mais variáveis envolvidas em todo o planejamento para manutenção do fundo previdenciário. Em outras palavras, **quão sensivel é o custo do plano em face da mudança de uma hipótese atuarial.**

As hipóteses que mais afetam os resultados, como vimos, que estarão em nossos comentários a seguir, são as que definem diretamente o valor dos benefícios futuros e o valor dos compromissos atuais para o pagamento desses benefícios.

- a) Taxa de Juros Real
- b) Crescimento Real do Salário do Servidor em Atividade
- c) Crescimento Real do Valor do Benefício Concedido
- d) Tábua de Sobrevivência

Todas as avaliações realizadas nesse item desconsideram a Compensaco Financeira.

Taxa de Juros Real

A taxa de juros máxima permitida pela legislação é de 6,00% a.a. e  utilizada para definir o valor atual dos benefícios futuros (reservas matemáticas), sendo um fator de desconto, ou seja, reduz o valor dos compromissos considerando que haverá ganhos reais de capital sobre as garantias financeiras a serem usadas para o pagamento dos benefícios a serem concedidos. Portanto, reduzindo-se a taxa de juros teremos um aumento dos valores das reservas matemáticas e, por consequência, aumento dos custos.

Podemos observar que a taxa de juros  uma hipótese que deve ser acompanhada com muito rigor, pois está diretamente ligada a um organismo fora do controle do RPPS, o mercado financeiro, que possui inúmeras variáveis e inúmeros agentes influenciadores.  de se esperar uma recomendação da SPS – Secretaria de Previdência Social a fim de baixar o teto de 6,00% a níveis mais aceitáveis para a garantia de rentabilidade futura dos ativos do RPPS.

Mantendo-se fixas as variáveis citadas (tábua de sobrevivência, crescimento real salarial e dos benefícios), baixando-se a taxa de juros em 0,25 p.p. e 0,50 p.p. temos a seguinte comparação em relação aos resultados obtidos na avaliação atuarial (1ª linha da tabela) (também se observa resultados com a taxa zero, pois há exigência na legislação):

Taxa de Juros	RMBC	Var	RMBaC	Var	CN	Var	CE	Var
6,00% a.a.	31.073.046,20		20.384.417,56		15,07%		15,23%	
5,75% a.a.	31.784.418,74	2,29%	24.485.787,38	20,12%	18,93%	25,61%	15,23%	0,00%
5,50% a.a.	32.524.934,31	4,67%	25.619.074,24	25,68%	19,94%	32,32%	15,23%	0,00%
0,00% a.a.	62.596.219,46	101,45%	85.985.655,66	321,82%	79,20%	425,55%	15,23%	0,00%

RMBC = Reserva Matemática de Benefícios Concedidos

CN = Custo Normal das Aposentadorias

O percentual apresentado é o CN – Custo Normal para as aposentadorias programáveis, pois reflete a parte de maior significância do custo e o objetivo é mostrar o impacto. O CE – Custo Especial não é diretamente proporcional  variação (Var) das Reservas Matemáticas devido ao desconto do Ativo para definição do Passivo Atuarial a descoberto.



I) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais órgãos da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis	Gestor do RPPS	31/12/2017	Concluído
conforme PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP.				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por			



competência.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2023	Em andamento

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído



	conforme MCASP.			
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			



Balancete Financeiro - Item 36 - Resolução 112/2020

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Não se aplica

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste observamos as movimentações patrimoniais conforme Ludícibus (IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.) “*é caracterizada como a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso*”. No caso desse trabalho utilizamos os demonstrativos o balanço patrimonial as demonstrações do resultado do exercício, com o auxílio dos índices contábeis, esse são de suma importância, pois com eles foi possível ser feito o diagnóstico FUPREB. São deles que foram fornecidas as informações precisas para se chegar a uma conclusão de como anda a situação financeira e econômica do Instituto.

Assim através dos índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. Sendo de grande importância para a administração da continuidade da Instituição, as variações destes índices devem ser motivos de observações na tomada de decisões para os gestores que irão administrar a entidade. As informações para o cálculo destes índices são retiradas unicamente do Balanço patrimonial, demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial da entidade, devendo ser atualizadas constantemente para uma correta análise e consistência contábil, sendo possível o desenvolvimento administrativo, tanto organizacionalmente como também financeiramente da vida do FUPREB.

ANNY RAQUEL MAURICIO BARROS VIEIRA

DIRETORA

EDER MARCONI VIEIRA

Contador



Balancete Financeiro - Item 36 - Resolução 112/2020

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, JOSERALDO RODRIGUES BEZERRA FILHO, EDER MARCONE VIEIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e768ae9-c37e-4853-813a-764358726468